

**PROCESSO Nº 02.009-116/2022**

**PREGÃO ELETRÔNICO – SRP 033/2022**

**ASSUNTO:** Análise de minuta de Edital para Registro de Preço na modalidade Pregão Eletrônico para emissão de Parecer.

### **PARECER JURÍDICO**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ANÁLISE DE MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO “MENOR PREÇO POR ITEM” PARA EMISSÃO DE PARECER SOBRE LICITAÇÃO. ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE. LEI Nº 10.520/2002, DECRETO Nº 7.982/2013 E LEI Nº 123/2006. DESFAVORÁVEL.

### **RELATÓRIO**

Instado a se manifestar acerca da minuta de edital na modalidade Pregão eletrônico do tipo “menor preço por item”, por Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de utensílios de copa e cozinha para atende a Secretaria Municipal de Assistência Social, este Procurador Geral passa a exarar o que se segue.

Eis o breve Relatório.

### **PARECER**

O presente parecer trata da análise da Minuta do Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo “menor preço por item”, por Sistema de Registro de Preços, no Processo nº **02.009-116/2022** que objetiva a contratação acima relatada, conforme especificações constantes no termo de referência.



Primeiramente, é importante ressaltar que, a modalidade licitatória sugerida na minuta se mostra adequada ao objeto licitado em todos os seus termos, na melhor previsão do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002, *in verbis*:

Art. 1º- Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Em ato contínuo, o artigo 11º da Lei nº 10.520/2002, determina que as contratações efetuadas por SRP previsto no Art. 15 da Lei nº 8.666/93, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico, vejamos:

Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.

De forma complementar, o Decreto nº 7.892/2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 3º determina as hipóteses que pode ser adotado o sistema de registro de preço. *In verbis*:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:



I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Cumprido frisar, por cautela, que o advento da nova lei de licitações reafirmou a possibilidade de compras por intermédio do sistema de registro de preços. Nesse diapasão, o exposto no artigo 15 da antiga lei, encontra guarida no inciso II do artigo 40 da nova lei de licitações (lei nº 14.133/2021).

Assim, diante dos esclarecimentos apontados, resta clara a possibilidade da modalidade eleita de licitação por meio de pregão com Sistema de Registro de Preço – SRP.

No que tange a destinação exclusiva da licitação para as empresas de pequeno porte, vale frisar que tal possibilidade encontra guarida no artigo 48 da Lei nº 123/2006 alterada pela Lei nº 147/2014, leia-se:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

**I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);**

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

**§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.**

Exige-se, conforme legislação, dois requisitos: o valor da contratação e a justificativa expressa. No caso dos autos, percebe-se na pesquisa de preço que o item 3 - 0004699 – PRATO DE SOPA DUR. VIDRO C/ 24 PEÇAS, teve valor médio total de R\$ 112.776,00 (cento e doze mil setecentos e setenta e seis reais), que configura flagrante ofensa aos dizeres e limites impostos pelo inciso I do artigo 48 supracitado.

A obediência aos aspectos formais e legais do processo de licitação é dever que se impõe e, considerando os referidos aspectos, entende-se que a minuta do edital corre ao arrepio da lei 123/2006.

Diante do todo arrazoado acima, OPINO DESFAVORAVELMENTE ao prosseguimento do processo licitatório nº 02.009-

**116/2022** na modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preço, considerando que há flagrante extrapolação do limite financeiro instituído pela lei 123/2006, que rege o tratamento ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte.

Precavido do caráter opinativo deste parecer e com a máxima *vénia* ao entendimento diverso, este é o entendimento.

Passa e Fica/RN, 13 de dezembro de 2022.

**RODRIGO MARCELINO DA SILVA**

*Procurador Geral do Município*

*Mat.: 122*